

FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE E A PROTEÇÃO AOS DIREITOS INFANTOADESCENTES: UMA ANÁLISE A PARTIR DO ECA E DA LEI N° 14.679/2023

Silvânia de Jesus Pina¹
 Humberto da Silva Miranda²

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discutir a relevância da formação inicial de professores/as comprometida com a proteção dos direitos das crianças e adolescentes, tendo como marcos legais o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei nº 14.679/2023. Parte-se do entendimento de que a formação docente se configura como uma prática social orientada por valores éticos e políticos, capazes de capacitar os futuros educadores a combater violações de direitos, reconhecendo os/as estudantes como sujeitos plenos do processo educativo. Nesse contexto, destaca-se o papel fundamental dos/as professores/as formadores/as nos cursos de Licenciatura, cuja atuação é decisiva para ampliar as possibilidades de formação de educadores comprometidos com os princípios da educação emancipadora. Tal perspectiva depende da integração entre ensino, pesquisa e extensão como estratégia essencial à articulação entre teoria e prática, valorizando as ações extensionistas como componentes fundamentais na formação reflexiva do/a futuro/a docente. A pesquisa, de caráter qualitativo e bibliográfico, ancora-se em autores como Gatti (2018), Freire (1987), Arroyo (2013), Tardif (2011), Veiga (2022), Ferreira (2025), Miranda (2018, 2023), Monti (2023), Friedmann (2020) e Furlanetto (2020), e se complementa por meio da realização de entrevistas semiestruturadas. A análise recai sobre o curso de licenciatura em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), investigando de que maneira conteúdos voltados à proteção dos direitos infantoadolescentes vêm sendo incorporados (ou negligenciados) no processo formativo. Os resultados evidenciam que, embora existam avanços significativos no campo legal, ainda persistem lacunas na formação inicial de professores no que se refere à abordagem transversal dos direitos das crianças e adolescentes. Conclui-se, portanto, que é fundamental a articulação entre currículo, prática pedagógica e políticas públicas de proteção integral, a fim de consolidar a formação de educadores aptos a promover uma prática pedagógica voltada ao respeito da dignidade das infâncias e adolescências.

Palavras-chave: Formação inicial de professores, Direitos da criança e do adolescente, educação emancipadora, Professores formadores.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), silvaniajesuspina12@gmail.com.

² Pós-Doutor, professor do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), humberto.miranda@ufrpe.br

